

## ENTREVISTA COM JANIRA SODRÉ MIRANDA



ENTREVISTADORES  
Euzebio Fernandes de CARVALHO  
Josilene Silva CAMPOS

Após chegar em Goiás, à frente da direção do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), mantido pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), ela iniciou seu contato com o meio cultural e acadêmico. Seu trabalho foi reconhecido, por mais de uma vez, pelo poder público estadual. Seu trânsito freqüente entre importantes instituições, como o Instituto Federal de Goiás e a PUC-GO, ampliaram sua visibilidade e o impacto de sua atuação. Contudo, e para além disto, a aproximação com os movimentos sociais, principalmente, o movimento de mulheres negras organizadas, na capital goiana, representou uma virada em sua trajetória. Seu protagonismo à favor da construção de uma sociedade sem racismo, especialmente, junto às mulheres negras e aos estudantes universitários negros e negras impactaram sua forma de estar e de se produzir no espaço, pautando não só sua atuação pública, mas os rumos de sua subjetividade.

Ao longo do mês de junho de 2015, realizamos a entrevista que os leitores terão acesso, na sequência deste texto. Depois de discutidas as perguntas foram submetidas à avaliação da entrevistada, para receber possíveis contribuições. Finalizada a fase da elaboração, as questões foram enviadas por e-mail<sup>1</sup> para que fossem respondidas da forma que melhor se adaptasse ao seu cotidiano de trabalho. Para além da praticidade na produção da entrevista, do controle das informações, esta metodologia teve por objetivo produzir um documento que articulasse a experiência de vida, a formação e a trajetória profissional da entrevistada. Ao mesmo tempo, o desafio que se nos apresentava era conjugar a dimensão pessoal da entrevistada à partir de sua formação, de seu pensamento e de sua prática. Boa leitura!

---

<sup>1</sup> <janirasodre@hotmail.com>. Seu perfil no Twitter é [@janirasodre](#)

***Poderia descrever sua trajetória intelectual e de formação, desde o início em Roraima, depois nos caminhos da pós-graduação em São Paulo, Brasília, Goiânia e na Flórida-EUA?***

Eu estava trabalhando, na qualidade de professora da educação infantil, e cursava a licenciatura em História na Universidade Federal de Roraima. Era a passagem década dos anos 1980 a 1990. A Universidade Federal de Roraima era uma universidade recente, as condições adversas para a vida acadêmica. Nós estávamos em meio às lutas políticas para que Roraima reconhecesse o protagonismo dos povos indígenas. Éramos migrantes maranhenses. Negros e negras. Havia muitos elementos influenciando minha graduação. E não somente as orientações para a leitura, feita pelos professores, que eram – sobretudo – marxistas, mas fortes elementos políticos de uma identidade afro-ameríndia. E hoje reconheço a importância deste lócus marcado pela identidade afro-ameríndia e o ativismo partidário, sindical e em pastorais sociais. Também marcado por certa leitura heterodoxa de textos marxistas. Acima de tudo, havia uma forte confiança de minha família e uma auto-confiança de que eu deveria continuar estudando. Nos anos posteriores à graduação da Universidade Federal de Roraima, estudei em Manaus, no Centro de Estudos do Comportamento Humano, onde fui muito influenciada pela produção teórica da Teologia da Libertação. Depois fui a São Paulo, onde estudei na PUC com professores proeminentes, cursando a pós-graduação em Ciências da Religião. E onde encontrei condições para entrar no Mestrado que fiz na Universidade Metodista de São Paulo, trabalhando sobre Etno-História e Religião entre os Macuxi, de Roraima. Nos anos seguintes, voltei para Boa Vista, Roraima (RR). Em 2001, me fixei em Goiânia, iniciei o doutorado em História pela Universidade de Brasília, agora interrompido. No bojo do doutorado estive na Universidade Internacional da Flórida, na qualidade de Visiting School, para experiências de intercâmbio sobre estudos latino-americanos, afro-americanos, feministas e –ainda – para uma série de Palestras sobre a História e a Sociedade Brasileira.

***Durante toda essa trajetória seu objeto de estudo foi a Etno-História e religião entre os Macuxi?***

O início de meu interesse em pesquisa foi influenciado pela amizade, ativismo, proximidade e preocupações políticas com os povos indígenas de Roraima. Assim iniciei o mestrado com um projeto sobre a relação entre a religião tradicional e o impacto do cristianismo. Por que religião sempre foi um tema que me estimulou intelectualmente. Por fim a dissertação tematizou Etno-História Macuxi. Mas no mesmo período tanto os estudos de história das mulheres, estudos feministas e de gênero, quanto estudos de religião e diversidade marcaram minha atividade

intelectual. Sempre vinculada às questões surgidas em contexto de ativismo político. Nos anos posteriores iniciei o doutorado com forte perspectiva disciplinar na história, mas com recorte em história das mulheres negras, na Capitania de Goiás. Concomitante às incursões na pesquisa outras questões e temáticas foram emergindo enquanto desafios teóricos e políticos, tais como: educação e africanidades; juventudes, com foco em população negra; políticas públicas de igualdade racial; legado e patrimônio africano e afro-diaspórico, entre outros.

***Como se deu a conexão entre o seu trabalho intelectual e os movimentos sociais?***

Esta é uma questão que toca basicamente a minha trajetória de vida. A própria migração do Maranhão a Roraima demarca um deslocamento político, que vai definir marcadores de lugares sociais importantes para mim. Na inserção em Roraima, fui me aproximando das pastorais sociais: juventude, educação, indigenista e agentes de pastoral negros. E essa marca permanece comigo. O ativismo, a militância sempre foram partes proeminentes de toda a minha atividade e da minha vida. Os temas e questões teóricas enfrentados sempre mantiveram essa conexão básica, sobretudo, com as causas negra e indígena. Aquilo que nós chamávamos de “causas populares” sempre me acompanharam. Mais recentemente, cronologicamente definido a partir de 2008, eu tomei a decisão de me inserir nos movimentos negros em Goiânia. E desde então minha vida, não apenas a profissional e acadêmica, tem sido dedicada a esta pauta.

***Como foi o processo de constituição da sua consciência étnico-racial e quais os desdobramentos dessa consciência em sua vida profissional?***

Essa consciência é muito remota. Minha família já lidava com a questão de “sermos negros”. Desde a minha infância. E tinha nossa relação com as famílias indígenas, com as quais convivíamos na periferia de Boa Vista, RR, que nos definia identitariamente em um contexto plural. Sobretudo sabíamos – éramos ensinados em casa – que tudo seria mais difícil para nós, em termos de oportunidades. Mas, acima de tudo, éramos orientados a não perder as oportunidades. E depois veio a participação nas comunidades eclesiais de base, na pastoral da juventude. Onde havia um trabalho sobre esta consciência que era racial, mas era também de classe, de sexo-gênero. E ali, em Roraima, era de ser maranhense. São muitos os elementos que produziram a emergência desta consciência. Em São Paulo, o afastamento geográfico em relação à Amazônia deu lugar à possibilidade de outro olhar. Muita convivência com feministas, em geral, com feministas negras e indígenas de diversas partes da América Latina e Caribe. Ali eu me reconheci sertaneja, amazônica. Depois de minha mudança para Goiânia – principalmente quando meu padrão familiar

mudou substancialmente após minha saída da família de origem, após o casamento e o divórcio – entendi como fundamental a retomada destes pertencimentos todos na constituição de um projeto de vida com sentido de humanização maior e mais prazeroso.

***Poderia tecer algumas considerações sobre o Coletivo Negro do Instituto Federal de Goiás e de outras instituições que a senhora acompanha? Em que medida esses coletivos são importantes para os estudantes e para a própria instituição?***

Os Coletivos são a expressão pública, visível, articulada e afirmada da presença negra na universidade. Parece simples. Mas são grupos que vem influenciando na produção do conhecimento, na reorganização das matrizes curriculares, no modelo de formação oferecido, questionando as abordagens metodológicas, produzindo sociabilidades, constituindo identidades políticas densas de negritude e desafiando as instituições de ensino superior a se repensar. São grupos formados por pessoas em articulação e em redes locais, regionais, nacionais e internacionais. Me parece que são espaços muito significativos e tem sua influência. Atualmente, atuo diretamente nesta área tanto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, em Goiânia - onde componho a Comissão de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-racial, quanto na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, onde coordeno o Programa de Estudos e Extensão Afro-brasileiro.

***Quais foram os diferenciais de sua coordenação junto ao Programa de Estudos e Extensão Afro-Brasileiro (PROAFRO) da PUC-GO? Quais é a importância de Programas como esse no interior das Universidades e da PUC-GO, em específico?***

O Programa de Estudos e Extensão Afro-Brasileiro – PROAFRO, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, existe desde 1982/83 e passou por muitos cenários, constituindo-se sempre em espaço de produção acadêmica afro-centrada. Sou muito grata e devedora a quem ali trabalhou antes de mim. Relembro com intensa admiração os nomes das pessoas que coordenaram o Programa: Valdir Gomes, Sara Taleb Rassi, e Uene Joé Gomes. Estamos trabalhando no Proafro desde 2010 e buscamos fortalecer sua presença e ação dentro e fora da Universidade, por meio da atuação estudantil, da pesquisa, da extensão, do fortalecimento da sociedade civil organizada nos movimentos negros e do acompanhamento das políticas públicas de igualdade racial. São muitos os desafios e grandes as perspectivas e as recompensas emocionais. É algo que me mobiliza muito.

***Quais foram os maiores desafios da sua atuação na presidência do Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial (CONIR)<sup>2</sup> e as perspectivas futuras para esse Conselho, tendo em vista o atual cenário de crise econômica e dos cortes significativos no orçamento público?***

A presidência do Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial representa para mim um grande desafio político, que é o controle social da política de igualdade racial no Estado de Goiás. Isto porque lidamos diretamente com a incapacidade do Estado de entender, intervir e propor políticas para a superação do racismo. E, neste contexto, a narrativa da crise oferece um alibi para um refluxo sobre o pouco que o Estado faz. Isso coloca, para quem atua fortalecendo a sociedade e suas lideranças, uma série de questionamentos sobre a importância de atuar nos espaços mais estratégicos, para a produção das transformações que queremos. E, por fim, preciso mencionar que ser eleita para presidir um Conselho Estadual foi uma honra imensa, sentida como adoção e acolhida por parte dos goianos e goianas que nos confiaram essa missão.

***Nos últimos governos, as reivindicações históricas do Movimento Negro no Brasil foram objetificadas em forma de leis e também em secretaria (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - Secadi) dentro do Ministério da Educação. Como a senhora avalia a oficialização das pautas do Movimento Negro no governo federal e quais os desafios atuais para a sua continuidade?***

A institucionalização pelo Estado das pautas de enfrentamento e superação do racismo é muito importante para o desenvolvimento nacional. Trabalhamos fortemente para essa responsabilização do ente público pela parte que lhe cabe. É preciso que haja planejamento, orçamento, pessoal e gestão qualificada, para dar atendimento de qualidade social às demandas sócio-raciais. Esta luta e este avanço não se confundem e não anulam o necessário fortalecimento da sociedade civil organizada, para se manter atenta e vigilante à ação dos agentes públicos. Ao contrário, reiteram essa necessidade, visto que a institucionalização levará – inevitavelmente – esta pauta a entrar também na lógica e nos fluxos da própria burocracia pública que tem a dinâmica da “coisa pública”. Mas não há dúvidas de que o Estado precisava entrar nesta temática, reconhecê-la, tomá-la para si. Inclusive como ente indutor de desenvolvimento social e de democratização.

***Alguns militantes e intelectuais, freqüentemente, são responsabilizados por "inventar a diferença étnico-racial" e de "racializar" a sociedade brasileira. Como a senhora vê tal argumento?***

---

<sup>2</sup> Confirmam o seu pronunciamento de posse em [https://youtu.be/xOJK9Gz7\\_k](https://youtu.be/xOJK9Gz7_k)

O Brasil se constituiu na base de forte racialização. Pertencimento étnico-racial sempre foi um fator determinante para o acesso ou negação às oportunidades. Ao mesmo tempo, sempre houve uma negação dessa racialização, com a oferta de um discurso da “mestiçagem”, da “morenidade” e do “somos todos iguais”. Enfim, o ideário da democracia racial. E como é forte ver ainda hoje que certa ideologia encobre o racismo brasileiro. Por isso Kabengele Munanga o chamou um “crime perfeito”, pois encobre seus próprios mecanismos. Para este modelo qualquer denúncia do lugar subalterno ocupado por negros e negras no Brasil é incômodo. Logo ao se verem defrontados com tais denúncias muitos preferem a comodidade de continuar acreditando na ideologia da “nação cordial e mestiça”. Muitos se recusam a ver que o Brasil continua persistentemente racista. Precisamente aqui o avanço é fundamental. Transformar certa mentalidade que, ao negar o racismo, continua reproduzindo sua persistência social. E seus efeitos de desumanização sobre todos nós. O questionamento sobre o modelo racial brasileiro não foi produzida por estes “novos militantes e intelectuais”, mas antes é uma crítica que vem da pluralidade que marca historicamente os movimentos negros brasileiros. Compreendo que os movimentos negros são as condições e as agências pessoais e coletivas produzidas pela comunidade negra e seus sujeitos ao empreender um projeto político de re (existência) da comunidade negra no contexto social brasileiro. Compreendo os movimentos negros como um conjunto muito amplo de ações, instituições e expressões culturais e políticas. Este conjunto tem uma diáspora ampla e que pode ser caracterizada tanto por experiências muito tradicionais da comunidade negra como são os candomblés, as umbandas, as capoeiras, as congadas, as festas de impérios negros, até as sociabilidades urbanas de vertente negra como são os grupos políticos negros: associações, ONGs, setoriais em partidos, sindicatos, empresas e outras instituições. E passa também por grupos de dança, teatro, blocos festivos, escolas de samba entre outras formas de associatividade. Estes sujeitos políticos vem denunciando historicamente a racialização e subalternização que coloca negros e negras em desvantagem social. E as conquistas recentes da comunidade negra vem criando resistências em setores conservadores do padrão racista.

***De que forma são expressas as "resistências à questão negra" percebidas, atualmente, e o que elas significam?***

Houve questionamentos sobre as ações afirmativas no ensino superior ao Supremo Tribunal Federal, houve questionamentos e perdas sobre esse tema no Estatuto da Igualdade Racial. Houve

uma perda na garantia de soberania das comunidades quilombolas sobre seus tradicionais territórios. Ocorrem questionamentos sobre as reservas de vagas e sobre recursos públicos direcionados às políticas de promoção da igualdade racial. Ocorrem ataques, abertos e violentos, às comunidades religiosas tradicionais de matriz africana. Também é possível perceber um recrudescimento dos ataques motivados por ódio racial nas mídias e redes sociais, nos campos de futebol, nas escolas, nas universidades, nas empresas, mesmo a profissionais negros as mídias tradicionais. Todo este movimento demonstra que há segmentos conservadores de posições sociais, que vem reagindo a uma relativa mobilidade social da comunidade negra. E estes segmentos tem demonstrado que sim, há uma posição subalterna destinada para a comunidade negra no Brasil. E que o deslocamento da comunidade negra desse lugar subalterno para outros ambientes sociais encontra a resistência em setores que não conseguem superar esta dinâmica colonial racista. São estes setores que tem se manifestado contra a afirmação identitária positiva da comunidade negra. E tem lutado para manter um status quo racista. O caso mais exemplar é a lentidão do Projeto de Emenda Constitucional que ampliaria os direitos das trabalhadoras domésticas. E que avança lentamente no Congresso Nacional. Seria apenas a garantia de direitos a esta categoria de trabalhadores equiparados às demais categorias. Mas também é uma categoria que lida cotidianamente com a divisão do serviço doméstico, que no Brasil é feminino e negro, mas que também está no fulcro do lugar dado \_ historicamente à comunidade negra – no mercado de trabalho. É possível identificar algum pânico racial nestas operações todas.

***De que forma os conteúdos da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana podem ajudar as crianças negras a terem um melhor rendimento cognitivo dentro das salas de aula?***

Ao encontrarem um tratamento digno, inteligente e plural à história e cultura africana e afro-brasileira nos materiais escolares, estudantes negros começam a encontrar na escola elementos significativos para sua formação escolar de jovens cidadã/aos negros/as. Ademais o acesso a abordagens mais sofisticadas, nos processos de ensino-aprendizagem, atais temáticas produz a condição de empoderamento positivo de uma identidade política central para a comunidade negra. Essas condições geram a problematização das fricções raciais ocorridas nestes ambientes educacionais. E obrigam os professores/as a se posicionar. Esse empoderamento permite maior auto-confiança, maior desenvolvimento de uma auto-estima positiva. E é a confiança em si mesmo/a a condição para o êxito e o cumprimento completo de em percursos escolares e acadêmicos. Penso que não é uma lei para tratar da “História”, mas um dispositivo que

problematiza a socialização de crianças, adolescentes e jovens no ambiente escolar em um país racista.

***Como a senhora analisa o movimento de mulheres negras no cenário goianiense e estadual?***

Penso que é um movimento com grandes demandas sociais, liderado por mulheres muito inspiradoras, herdeiro de uma linhagem política das mais respeitáveis dentro da luta do povo negro e que vem desafiando e disputando espaços, participação e poder. Temos organizações fortes. E esse é o caso do Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, do Grupo de Mulheres Negras Malunga e do Centro de Referência Lélia Gonzalez. Há um Fórum Estadual de Mulheres Negras muito ativo. E formamos redes que englobam quilombolas, mulheres do campos e da cidade. E agora estamos trabalhando na construção da Marcha de Mulheres Negras/2015. É uma voz e uma agência política que se faz ouvir e que não pode ser ignorada. Temos tido muitos avanços para a população negra protagonizados pelo movimento de mulheres negras.

***Como a senhora analisa a produção de conhecimento histórico acadêmico sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em Goiás? Quais são os temas e assuntos ainda pouco abordados e que mereceriam a atenção dos pesquisadores?***

Penso que há uma produção muito interessante e muito rica que perpassa os diversos campos e áreas de saber. Acredito que esta história que se propõe a ser descentrada e plural, ela mesma aponta para um ambiente acadêmico arejado pelo diálogo interdisciplinar. Ao tempo em que suas áreas de interesse se originam em questões, idéias e processos que nos vem pelas demandas sociais. Assim acompanho com vivo interesse a produção historiográfica de nossa região, oriunda do trabalho de importantes profissionais, sobretudo negros, mas também de outros pertencimentos étnicos vinculados às nossas principais instituições de ensino superior. Há laboratórios, núcleos, grupos, coletivos e pesquisadoras/as atuantes, para além das barreiras da disciplina. Hoje temos um amplo leque de temáticas e abordagens na área de África e Africanidades sendo desenvolvidas. Mas historiadoras – do lugar desta profissão de narrar o passado mediante fontes, em pluriversidade historiográfica – somos chamadas a nos desafiar. A estabelecer como válidas as narrativas negras, africanas e afro-diáspóricas. A produzir uma historiografia que dê sentido e orientação para a consciência histórica, deste lugar em que vivemos. Já temos o princípio de um caminho. Mas permanece o desafio desta ampliação. Nossos

arquivos precisam ser revisitados no horizonte deste novo olhar. As biografias, inclusive de importantes historiadores como é o caso do Padre e Historiador Silva e Souza, que era um homem negro precisam ser discutidas. A presença africana na capitania de Goiás, que já vem sendo trabalhada por historiadoras de nossa região, esse é o caso de Maria Lemke, Cristina de Cássia e Mary Karash, precisa ser mais estudada. As transformações – cruciais para a história local – do século XIX são um campo aberto no que diz respeito à presença negra. As narrativas dominantes dão registro a um “desaparecimento das festas negras”, deixando em aberto à comunidade de historiadores o desafio de visitar fontes e de oportunizar releituras críticas sobre o reposicionamento social da comunidade negra naquele século. E, notoriamente, são campo aberto à ação de historiadores as mais visíveis experiências culturais e políticas da comunidade negra em Goiás: umbandas, congadas, candomblés, capoeiras, escolas de samba, blocos culturais, quilombos, movimentos negros, hip hop, as festas de reis, rainhas, folias negras. São todas territorialidades e espacialidades que permitem à historiografia um exercício de pensar em afro-perspectivas.

### ***Como se caracterizam as "territorialidades negras" em Goiânia e em Goiás?***

Esse é um conceito que vimos desenvolvendo em nossas reflexões e atividades. E que exigem maior tempo e condição para seu aprofundamento. Mas certamente são experiências plurais, em trânsito e em transformação. Obedecendo a dinâmicas que respondem a contextos específicos e que resultam das escolhas de seus agentes. Mas certamente dizem respeito a uma identidade que se mantém vinculada a estas experiências negras e que dão sentido à vida de quem habita, constrói e remodela estas territorialidades.

*Agradecemos à professora Janira Sodré Miranda, por partilhar um pouco de sua experiência profissional, tão fecunda para se pensar as possibilidades e desdobramentos da vida acadêmica em meios e junto aos movimentos sociais.*